

PUBLICAÇÃO Nº 322/CMDCA/SP/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna pública Ata de Reunião Ordinária do dia 07/11/16.

PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 07 NOVEMBRO DE 2016 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE . CMDCA . Ao sétimo dia do mês de novembro de 2016, foi realizada a plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente de São Paulo, CMDCA, na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, Sala Sergio Vieira de Melo, de acordo com o comunicado nº 297/CMDCA/SP/2016, Publicado no DOC do dia 04/11/16 - pág. 47. **Presentes: Conselheiros do Governo:** Lucia Regina Guimaraes de Lemos, Silas Cardoso Souza, Claudia Elizabete da Silva, Athene Maria de Marco França Mauro, Sergio Pinto Carneiro, Thais Romoli Tavares, Aurelio Eduardo do Nascimento, Leda Sueli de Arruda Martins. **Conselheiros Sociedade Civil:** Maria Iracema de Araujo, Márcia Rodrigues da Costa Pinto, Maria de Fátima Lopes Pereira, Andréia Alves de Souza, Sueli Maria de Lima Camargo, Carlos Alberto de Souza Junior, Solange Cristina Castro Sampaio. **Faltas Justificadas: Ausências:** **Pauta 1. Diretoria Executiva. 1.1 Informes 1.2 Crianças e Adolescentes em situação de Rua e na rua. 2.CPRI É Comissão Permanente de Registros Institucionais 2.1 Informes. 2.2 Registros de Organizações 3. CPCI É Comissão Permanente de Comunicação Institucional 3.1 Informes. 4. Comissão de Edital 2016. 4.1 Informes 5. CPPP É Comissão Permanente de Políticas Públicas 5.1. Informes dos Trabalhos da Comissão. 6. CPFO É Comissão Permanente de Finanças e Orçamento 6.1 informes. 7. CPGDCT É Comissão Permanente de Garantia de Direitos e Conselhos Tutelares. 7.1 Informes.** Às dez horas e trinta cinco minutos teve início a plenária ordinária, com a verificação de quórum e aprovação da pauta da publicada, sendo a mesa coordenada pelo presidente do CMDCA, Sr. Sergio Pinto Carneiro. A Conselheira tutelar Rosângela solicitou inclusão no item 7 da pauta, CPGDCT, os seguintes assuntos: Aluguéis dos Conselhos Tutelares, Plantão dos Conselhos, Simpósio em Aparecida e CAPES, os quais foram aprovados pelos conselheiros e incluídos na pauta do dia. Feito isso passou-se ao primeiro ponto da pauta, **Diretoria Executiva:** A conselheira Sueli, que coordena os trabalhos do GT que discute Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, apresenta o novo calendário sugerido pelo grupo para a continuidade dos trabalhos e audiências públicas descentralizadas. Também coloca a sugestão de ampliação do

grupo de trabalho. A conselheira salienta a necessidade de profissionais para as oficinas da audiência lúdica, além do trabalho de sistematização. As conselheiras Athené e Claudia ressaltam a importância do trabalho do grupo no sentido de amarrar a construção do Plano nesta gestão, para que tenha continuidade na próxima gestão do CMDCA e do próximo governo municipal. Colocam a possibilidade de antecipação das audiências, ao que a conselheira Sueli argumenta que não é possível justamente pelas demandas apresentadas e a necessidade de diagnóstico do município como um todo. O conselheiro tutelar Julio indica a Conselheira tutelar Cacilda para compor o GT como suplente da Conselheira tutelar, Néia. Sugere que o Grupo pense se vai dar conta das audiências propostas, ao mesmo tempo da eleição da sociedade civil para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente . CMDCA. O assessor parlamentar João, argui que todos os recursos foram congelados e que não tem recursos para contratações de pessoal para trabalhar nas Audiências. O presidente Sergio Pinto Carneiro explica que o CMDCA tem parte do recurso descongelado, basta que o conselho aprove cartas de anuência. João afirma que isso é irregular e que o decreto publicado impede de mexer na fonte 00 (zero, zero). A partir dessa colocação e o impasse formado, o conselho solicita 5 minutos para conversar e definir o encaminhamento para o calendário apresentado. A diretoria plena deliberou em reunião e sugere à plenária que o calendário mantenha apenas as audiências convencionais, que se encaminhem as audiências lúdicas para o mês de março, quando o tesouro já estará aberto e terá recursos para contratação de empresa que fará oficinas e sistematização das audiências. Ao final essa é a proposta da plenária, que devolve o calendário para que o GT pondere as situações e proponha novas datas. **2. CPRI É Registros.** O conselheiro Carlos, coordenador da Comissão faz a apresentação e leitura dos registros:

0003/94	TURMA DA TOUCA . ACRS	36 MESES
0057/94	ASSOCIAÇ O MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE PROMOÇ O HUMANA . AMCPH	36 MESES
0153/94	SERVIÇO ASSISTENCIAL CAMILLE FLAMMARION	24 MESES

0180/94	CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE . CCCA	36 MESES
0202/94	ASSOCIAÇÃO LUIZ RAMOS NATAN STAMFATER	24 MESES
0217/94	CENTRO SOCIOEDUCATIVO PERSEVERANÇA	24 MESES
0297/94	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ZONA NORTE	24 MESES
0469/95	ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ESTUDOS SOCIAIS E UNIVERSITÁRIOS . AFESU	36 MESES
0584/96	INSTITUTO DE CEGOS PADRE CHICO	36 MESES
0588/96	CASA DA CRIANÇA FELIZ	24 MESES
0779/98	CENTRO DE APOIO CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER . ACCC	24 MESES
1077/04	ASSOCIAÇÃO EDUCADORA E BENEFICENTE - CASA MADRE ASSUNTA MARCHETTI	48 MESES
1099/05	FEDERAÇÃO DE IRMÃOS BENEFICENTE . FIB	36 MESES
1140/06	INSTITUTO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTHEA	36 MESES

1151/06	INSTITUTO VERTER	36 MESES
1186/06	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROJETO QUIXOTE . AAPQ	36 MESES
1459/09	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE ASLAN . ABBA	24 MESES
1655/11	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO MATEUS . ASCOM	36 MESES
1699/12	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL UNIDADE DE VILA NOVA SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA	36 MESES
1825/14	COMUNIDADE NOVA CIVILIZAÇÃO	36 MESES
1991/16	ASSOCIAÇÃO QUERUBINS DE FRANCISCO	12 MESES
1992/16	ASSOCIAÇÃO DO PARQUE SANTA AMÉLIA E BALNEÁRIO SÃO FRANCISCO	12 MESES
1993/16	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO	12 MESES
1994/16	ASSOCIAÇÃO QUERUBINS DE FRANCISCO	12 MESES

3.CPCI **É** A conselheira Thais Romoli, coordenadora da Comissão informa que os Estatutos da Criança e do Adolescente . ECA, estão na gráfica, prontos, e ainda não chegaram ao CMDCA para a distribuição devida. Informou também sobre as notas de repúdio ao Projeto Lei. **4. Comissão do Edital 2016** **É** sem relato dessa comissão. **5. CPPP 5.1. informes** **É** As reuniões da Comissão Permanente de Políticas Públicas acontecem todas as quartas-feiras, na sede do CMDCA, das 10h às 13 horas. A conselheira Andreia Alves, coordenadora da comissão indaga aos integrantes da comissão encarregada das visitas às creches construídas com recursos do FUMCAD, como estão as visitas, se já há um relatório a ser apresentado? A conselheira Claudia Elizabete da Silva, integrante da comissão, informa que foram visitadas apenas seis das vinte e duas creches, que a comissão não conseguiu se reunir, mas que fez proposta de um cronograma, que embora aprovado, não foi cumprido devido a outras demandas dos conselheiros. Informa ainda que não terá tempo de fazer o chamamento nas próximas semanas e sugere que os outros conselheiros considerem a possibilidade de priorizar a tarefa, tendo em vista o final do mandato do executivo e da própria gestão do CMDCA, além da necessidade de termos uma avaliação da atual situação das creches. A coordenadora também indaga sobre o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI, ao qual o CMDCA colaborou na construção e que está finalizado. O presidente Sergio Pinto Carneiro informa que o Plano será encaminhado para a Comissão para análise e parecer. Júnior, representante do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente diz que há cinco anos não se implementa qualquer serviço de proteção básica na Cidade Tiradentes, área de grande vulnerabilidade, que devido ao fato de existirem muitas ocupações, as locações de espaços são difíceis. **6. CPFO** **É** Sem relato dessa comissão. **7. CPGDCT 7.1 Informes** **É** A conselheira Iracema, coordenadora da Comissão informa que o curso de Formação básica ao conselheiros está encerrando, que no dia 17 estava prevista a entrega dos certificados, no entanto, como dia 18 de novembro é dia do Conselheiro tutelar foi programado um evento no Salão Nobre da Faculdade de direito do Largo São Francisco, que homenageará os conselheiros e fará a entrega dos certificados. **7.2 Resolução dos Plantões dos Conselhos Tutelares** **É** a conselheira Iracema diz que a resolução ainda está sendo discutida pela comissão, que nesta segunda terá reunião no CMDCA para debater o assunto, já que não há definições. **7.3 Contrato de aluguéis dos Conselhos Tutelares** . o conselheiro Silas Cardoso solicita a palavra, ponderando que as informações sobre os aluguéis serão encaminhadas por e-mail aos Conselhos Tutelares com os detalhamentos necessários. Ressalta ainda que a Coordenação de Política para Criança e Adolescente . CPCA, apesar do congelamento dos recursos na prefeitura, está encaminhando as prioridades e emergências, dentre estas os

aluguéis dos Conselhos tutelares. **7.4 Simpósio Nacional de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos É Aparecida/SP É 22 a 25 de novembro de 2016.**

A coordenadora Iracema diz que a Secretaria de Direitos Humanos já foi oficiada para viabilizar a participação dos conselheiros tutelares no Simpósio de Aparecida. O presidente Sergio Pinto Carneiro comunica que o CMDCA não teve resposta formal da disponibilidade de recursos para a ida dos Conselheiros Tutelares ao Simpósio, ressaltando que o descongelamento de parte de recursos é válido apenas para contratos emergenciais, conforme ofício da Secretaria de Direitos Humanos. A coordenadora Iracema solicita que seja garantida a participação dos conselheiros neste Simpósio, que a formação dos conselheiros é pauta de duas resoluções do conselho e necessária para o desempenho da função. Salienta que já estamos na primeira semana de novembro e não tivemos devolutiva da contratação de empresas para a formação continuada. Avalia ainda que nenhuma das atividades do CMDCA foi contemplada com recursos do descongelamento, que se depender disso o próprio conselho pode ser inviabilizado. O presidente Sergio se propõe a questionar a SMDHC sobre o assunto. Enrico, conselheiro tutelar diz que o mês de novembro é um mês de luta para os conselheiros tutelares, e opina que o CMDCA não fez sua lição de casa, que é um absurdo que não tenha recursos disponíveis para a formação dos conselheiros, que está definida em lei. A coordenadora Iracema, conselheira de direito, diz que o poder executivo não respeita o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente . CMDCA. Outro representante do Conselho Tutelar, Marcos, fala que há alguma coisa muito errada acontecendo, que não sabe onde está a incompetência, mas que se deve procurar para saná-la e acrescenta que é preciso transparência na administração pública. **7.5 Recusa de atendimento pela CAPE É Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência É SMADS.** O Sr Robério, conselheiro tutelar solicitou essa pauta para denunciar que a referida coordenadoria está recusando atendimento. Ressalta que esse atendimento está sendo proibido por duas pessoas, das quais não cita os nomes. Acrescenta que os conselhos tutelares são obrigados a fazer plantões, mas não há possibilidade de encaminhamentos, pois o serviço não atende. Os conselhos tutelares querem um posicionamento do CMDCA a respeito dessa situação. O representante do Fórum da Criança e do Adolescente, Junior, ressentido de que nenhuma gestão do governo municipal depois da ex-prefeita Luiza Erundina, priorizou os conselhos tutelares, arguindo ainda que o CMDCA não tem autonomia frente à gestão municipal. Ele acha que o prefeito Fernando Haddad e o futuro prefeito João Dória precisam ser convidados para o evento do Dia do Conselheiro Tutelar, que o Fórum entregará um documento para eles. O Conselheiro Carlos manifesta que tanto o conselho tutelar,

quanto a sociedade civil, trabalhadores e o CMDCA estão aqui pelo trabalho de base. No entanto, está sendo feita uma guerra, ressalta que antes de qualquer coisa é necessário que as pessoas se desarmem. Ele sugere, em referência à situação da CAPE, que se tire encaminhamento na reunião da CPGDCT desta segunda-feira, dia 07/11/2016 e se acione a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social . SMADS. Em nada mais havendo a tratar o presidente Sergio Pinto Carneiro agradece a todos e encerra a plenária às 13h30 minutos, enquanto eu, Claudia Elizabete da Silva, segunda secretária lavro essa ata que será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.